

A construção do ideário de Brasil no século XIX: reflexões em torno das concepções de memória, civilização e identidade nacional

The construction of the Brazil ideary in the XIX century: reflections around the conceptions of memory, civilization and national identity

Gizeli da Conceição Lima

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil
pela Universidade Federal do Piauí – PPGHB.

E-mail: gizelilima@hotmail.com

Resumo: O trabalho a seguir faz parte de nossa investigação, ainda em curso, no Programa de Pós-graduação em História do Brasil – PPGHB/UFPI. E se justifica pela necessidade de compreendermos os interesses presentes nos discursos para a constituição de um ideário de Brasil a ser construído e fixado na memória nacional através do ensino e da perpetuação da superioridade da cultura europeia trazida como modelo de civilidade para o território nacional no período oitocentista. A discussão sobre a escrita da história nacional e a memória coletiva selecionada como memória oficial da nação, ocasionalmente nos ajuda a compreender melhor o uso de

Summary: The following work is part of our ongoing research in the Postgraduate Program in Brazilian History - PPGHB / UFPI. And it is justified by the need to understand the interests present in the discourses for the constitution of an ideal of Brazil to be built and fixed in the national memory through the teaching and perpetuation of the superiority of European culture brought as a model of civility for the national territory in the period. nineteenth century. The discussion of the writing of national history and the collective memory selected as the nation's official memory occasionally helps us to better understand the use of instrumentalized versions

versões instrumentalizadas da História Antiga, sobretudo no que se refere ao conteúdo de democracia ateniense, nos compêndios de História Universal, adotados pelas escolas secundárias, no período Imperial brasileiro que serão analisados em nossa pesquisa. Como aporte teórico para conduzir nossa análise, usaremos as obras de autores como Jacques Le Goff (2003), Maurice Halbwachs (2006), Maria Cecília Cortez e Christino de Souza (2004), Tomaz Tadeu da Silva (2007).

Palavras-chave: Nação; memória; civilização; identidade nacional; século XIX.

of ancient history, especially as regards the content of Athenian democracy in the compendiums of Universal History. , adopted by secondary schools in the Brazilian Imperial period that will be analyzed in our research. As a theoretical basis to conduct our analysis, we will use the works of authors such as Jacques Le Goff (2003), Maurice Halbwachs (2006), Maria Cecília Cortez and Christino de Souza (2004), Tomaz Tadeu da Silva (2007).

Keywords: Nation; memory; civilization; national identity; XIX century.

Introdução

Este artigo é parte do estudo, em desenvolvimento, realizado no mestrado do programa de Pós-Graduação Em História do Brasil (PPGHB) na Universidade Federal do Piauí (UFPI) nossa discussão partirá da ideia de que os debates ocorridos nos campos da concepção de memória, civilização e identidade nacional, eram debates que permeavam interesses do conhecimento acadêmico, trazendo consigo relações de poder no que se refere ao que seria deixado como modelo a servir de aprendizado para as gerações vindouras.

Partindo dessa premissa, podemos assim dizer que esse estudo se justifica pela necessidade de compreendermos os interesses presentes nesses discursos para a constituição de um ideário de Brasil que seria construído e fixado na memória nacional através do ensino e da perpetuação da superioridade da cultura europeia trazida como modelo de civilidade para o território nacional. Essa discussão sobre a escrita da história nacional e a memória coletiva que seria selecionada como memória oficial da nação, ocasionalmente nos dá luz e nos ajuda a compreender melhor o uso de versões instrumentalizadas da História Antiga, sobretudo no que se refere ao conteúdo de democracia ateniense, nos compêndios de História Universal, adotados pelas escolas secundárias, no período Imperial brasileiro que serão analisados em nossa pesquisa.

De acordo com Junior (2010) uma das principais características que marcou a história ocidental no século XIX, em termos políticos, foi a questão das

nacionalidades. Para o autor a independência e a fundação do Império implicaram em uma tentativa de acentuação da ruptura entre a civilização brasileira e a metrópole sem que, no entanto, isto implicasse na negação de sua matriz europeia. Ao contrário, tratava-se de enfatizar a qualidade de nossa civilização, por um lado, diante dos padrões europeus e, por outro, pela demonstração de superioridade em relação aos países vizinhos do subcontinente. Nessa perspectiva, cabe lembrar que o desenvolvimento dos povos em nações constituía uma fase inevitável da evolução humana, que levava no entender do historiador inglês Eric Hobsbawm à ideia da “nação como progresso”. E incluía não só a construção de um Estado, como sua expressão política, mas também a escolha de critérios para a definição da cidadania dos indivíduos que a compunham. No entanto, o surgimento das nações, sabemos hoje, decorre de vários elementos. Se, por um lado, exige uma base cultural comum, em geral oferecida por sociedades com certa semelhança étnica ou religiosa, por outro, depende igualmente de um esforço de identificação, divulgação e introjeção dessas características partilhadas, de modo a gerar um sentimento de comunhão entre as pessoas. (JUNIOR, 2010, p. 34-35)

Nessa busca investigar esse ideário de identificação do país com os projetos de nação cogitados para o Brasil, no período oitocentista, que tinham como escopo os modelos europeus dos séculos XVIII e XIX. Proporemos uma reflexão sobre alguns conceitos chave que permeiam a narrativa proposta para essa seção, sendo eles: memória, civilização e identidade nacional. Para nós entendermos esses conceitos chave é de grande valia, pois nos possibilitam perceber que as criações das nacionalidades trazem consigo relações de poder que permitem ao vencedor determinar o que será deixado como modelo para as gerações vindouras.

Estudar as memórias coletivas fortemente constituídas, como a memória nacional, implica preliminarmente a análise de sua função. A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como veremos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. No Período Imperial, o ensino primário e o secundário – equivalentes ao ensino fundamental e ao ensino médio atuais – preservaram os valores pedagógicos jesuíticos no que tange à formação humanística do indivíduo em conformidade com os padrões de civilidade e civilização europeus da época. Essa filosofia humanística voltava-se à educação de homens eruditos que pudessem estar preparados para suas atividades nos círculos sociais e culturais. (MELO, 2015, p. 121).

Partindo dessa premissa, podemos assim dizer que esse estudo se justifica pela

necessidade de compreendermos os interesses presentes nos discursos nacionalistas sobre o ideal de civilização a ser preterido para a sociedade brasileira nos oitocentos, uma vez que esse ideário de Brasil seria construído e fixado na memória nacional através do ensino e da perpetuação da superioridade da cultura europeia trazida, a nosso ver, como modelo de civilidade para o território nacional. Em seguida, buscaremos elencar à nossa investigação os reflexos desse debate na escolha dos conteúdos de História Antiga, nos compêndios de História Universal de Justiniano Jose da Rocha (1860), Pedro Parley (1869) e Victor Duruy (1865) utilizados no Brasil no período do Império brasileiro.

Essa discussão sobre a escrita da história nacional e a memória coletiva concebida como memória oficial da nação, nos ajuda a compreender o uso de versões instrumentalizadas da História Antiga, sobretudo no que se refere ao conteúdo de democracia ateniense, nos compêndios de História, adotados pelas escolas secundárias, no período Imperial brasileiro, no interior dos quais reconhecemos que a alusão à herança clássica foi objeto de utilizações justificadoras e legitimadoras dos projetos de nação que se forjavam após o processo de emancipação política, porquanto as narrativas estavam comumente impregnadas de questões políticas dos Estados. Uma vez que a história do Brasil é construída a partir de uma ótica eurocêntrica que traz como modelo civilizador parâmetros da Europa Ocidental, que adotam como ponto de partida a Antiguidade Grega e o Império Romano, para forjar o que muitos estudiosos chamam de ‘identidade cultural do Ocidente’.

Como podemos perceber o conteúdo sobre a história da antiguidade e uso de autores gregos e latinos trazia o objetivo de levar o alunado a identificação com uma referência moral e religiosa que era considerada importante aos homens de letras, moralistas e políticos que faziam parte da elite pensante do Brasil. A construção desse ideário de nação e civilização para o povo brasileiro, por parte do governo Imperial e dos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro era arquitetada em um campo limitado da academia de letrados e a escrita da história brasileira trazia consigo, a singularidade da visão de mundo desses pensadores, que por sua vez, projetam um enaltecimento da cultura europeia cristã e um imaginário depreciativo sobre a figura do indígena e do negro oriundo de matriz africana, descendente de povos da História Antiga da América que não fazem parte da concepção de sujeito civilizado projetada para o nosso país.

Essa busca por forjar uma identidade coletiva e fomentar o sentimento de pertencimento em território nacional pode ser percebida no Brasil a partir da chegada da família real portuguesa no Brasil em 1808, seguida de desdobramentos, como a criação do Império Brasileiro. A criação de algumas instituições importantes,

tais como, a Academia Imperial das Belas Artes (fundada em 1926), a Biblioteca Nacional (fundada em 1810, muito embora só tenha sido franqueada ao público em 1814), o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (fundado em 1838) e o Imperial Colégio de Pedro II (fundado em 1837), fazem parte desse processo. A partir da abdicação de Pedro I, diante do perigo representado pelas inúmeras rebeliões, motins e levantes ocorridos no período regencial, a lógica das nacionalidades do século XIX impôs à Regência a tarefa de tomar algumas iniciativas tendentes a criar uma identidade nacional. Buscava-se construir a nacionalidade brasileira para garantir a integridade do Império e preservar a ordem escravista. É nesse contexto que se pode compreender a criação dessas instituições, citadas anteriormente, assim como a composição das primeiras obras históricas, artísticas e literárias, que deviam servir para moldar a personalidade do Estado-nação no Brasil. No tocante à importância da construção de tal projeto, afirma Ricardo Salles:

O Estado era o grande promotor da construção política da nação, identificada como um projeto, como uma criação sua. A unidade territorial – essencial na definição da nacionalidade – e a preservação das riquezas e potencialidades naturais era sua grande obra. O Estado monárquico se construía como projeto civilizatório que dominava e incorporava o meio e a natureza, simbolizando a identificação entre Estado-civilização e espaço físico-natural. A experiência republicana era associada ao barbarismo caudilhesco e à dispersão territorial das demais nações latino-americanas. A monarquia fora capaz de não apenas assegurar a unidade territorial, mas exercer um papel hegemônico no subcontinente (SALES, 1996, p. 100).

Podemos perceber através do fragmento acima que Estado brasileiro era o grande promotor da construção política da nação, identificada como um projeto, que buscava assegurar a unidade territorial e a preservação das riquezas e potencialidades naturais de todo território. O Estado monárquico se construía como projeto civilizatório que dominava e incorporava o meio e a natureza, simbolizando a identificação entre Estado-civilização e espaço físico-natural. E nessa conjuntura, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tinha como principal objetivo difundir o conhecimento do país e, assim, contribuir para precisar a sua identidade. O IHGB se afirmaria como um centro de estudos bastante ativo, favorecendo a pesquisa literária, estimulando a vida intelectual e funcionando como um elo entre esta e os meios oficiais. Revelava-se, claramente, a intenção formativa da consciência nacional, entendida como “missão” de tal instituição.

No interior desse espaço marcado por uma teia de relações pessoais, outro aspecto comum se sobressaía: o papel central do Estado e sua vinculação ao círculo ilustrado imperial. Ao analisar o perfil dos sócios fundadores, notamos que, entre

eles, 22 ocupavam posições de destaque na hierarquia interna do Estado. Vários são os casos que exemplificam tal constatação, a começar pelo primeiro presidente do IHGB, José Feliciano Fernandes Pinheiro (Visconde de São Leopoldo), que acumulava os cargos de conselheiro e senador do Estado, ou o cônego Januário da Cunha Barbosa, primeiro secretário do instituto e um dos responsáveis por sua idealização. Como esses, outros casos poderiam ser elencados entre os membros do Supremo Tribunal, procuradores, desembargadores e chefes da Secretaria dos Negócios do Império. Faziam parte dessa lista do Instituto nada menos que dez conselheiros de estado, seis destes ainda senadores. As marcas de um saber oficial vão estar, portanto, bastante presentes, a despeito da definição formal do IHGB enquanto “entidade científico-cultural”. (JUNIOR, 2010, p. 37-38)

Nesse processo de criação de saber oficial para o país percebemos que a forma de se ler e escrever a História do Brasil passa por uma perspectiva europocêntrica, com Antiguidade Grega, Império Romano, Idade Média e Época Moderna constituindo-se como passado para a nação brasileira. Isso implica dizer que o passado brasileiro se tornou europeu, sendo sinônimo de uma população branca e civilizada. Nele não há lugar para dar destaque a índios e negros. Salvo onde esses dois grupos são tidos como “não civilizados”, tendo serventia apenas como criados e escravos. (CHEVITARESE E SOUSA, 2008, p. 100-101)

A concepção de sujeito civilizado aos moldes da Europa é tomada como um programa de reforma que iria culminar, no século XIX, na autoimagem dos países europeus em relação a outras sociedades, que lhes cabia civilizar. As elites políticas e intelectuais brasileiras, em geral, ao apropriarem-se do termo civilização, ao longo do século XIX, não o tomaram para se referir a uma nação, mas como forma de produzir a sua autoimagem. Na tradição intelectual brasileira do século XIX e início do século XX, a representação de um Brasil não se fez com base no conceito de uma nação civilizada que se auto reconhece como tal, mas constituiu-se pela permanente dúvida em relação às condições de possibilidade de tornarem seus habitantes civilizados. (VEIGA, 2002, p. 101)

Nesse processo de significação do indivíduo enquanto sujeito social civilizado e do “outro” como modelo de “não civilidade”, Tomamos como ponto de referência a obra de Tomaz Tadeu da Silva para refletir sobre identidade e diferença na construção desse ideário de nação e de pertencimento a um determinado grupo ou território. Através dessa obra percebemos que o autor levanta questionamentos sobre identidade e diferença apontando que estas questões são abordadas como conceitos empregados em sentido binário. Isto é, só podemos nos identificar com algo a partir da não identificação com seu oposto. Segundo Silva (2007, p.81) “a

afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir” o autor mostra que dizer “o que somos” significa também dizer “o que não somos”.

Nesse sentido, o autor mostra que o papel da identidade e da diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence a um determinado grupo ou sociedade, sobre quem está incluído e quem está excluído. Ainda nessa mesma linha de pensamento, Silva (2007, p.81) afirma que “a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora”. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre “nós” e “eles”. Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder. Nas palavras do autor:

Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes. (SILVA, 2007, p. 81)

De acordo com esse pensamento, podemos notar que os conceitos de identidade e diferença não são neutros. Isto é, devem agregar-se ao discurso que seria considerado o discurso padrão. Nesse caso as oposições binárias abordadas na criação de um ideário nacional “não expressam uma simples divisão do mundo em duas classes simétricas”, em outras palavras, em uma oposição binária existe um termo que deve ser sempre privilegiado, com valor positivo, enquanto o outro recebe uma carga negativa e normalmente é colocado à margem a depender dos grupos sociais que ocupam os espaços de poder e, muitas vezes, influenciam a manutenção do discurso ‘vencedor’. Essas relações de poder que influenciam as formações discursivas em determinado tempo e lugar contribuem para a categorização dos sujeitos ao definir valores, princípios e papéis sociais legítimos (ou não). (SILVA, 2007, p. 83)

No que se refere ao que seria a Nação diante de um processo separatório da metrópole tão singular como o foi o brasileiro, podemos dizer que a construção de um projeto de nação próprio ao caso brasileiro foi sem dúvida um motivo de preocupação entre os historiadores do século XIX. Nas palavras de José Murilo de Carvalho (2007, p. 10) o historiador brasileiro, como cidadão e como pesquisador, não tem escapado à preocupação com o tema da nacionalidade brasileira. Entre

os muitos que se tem dedicado ao estudo do século XIX, particularmente do período Imperial, um grupo mais interessado na dimensão política da formação social do país decidiu coordenar esforços e concentrar a análise em torno do tema da formação da cidadania e da nação. A coincidência entre nação e cidadania é parcial, uma vez que algumas concepções de cidadania produzidas pela tradição ocidental coincidem exatamente com a de identidade coletiva, com a do sentimento de comunidade entre os habitantes de uma cidade ou de um Estado, isto é, com a de nação que se pretendia construir em solo nacional.

Ao analisamos os debates referentes a crise de constituir um fazer historiográfico que desce conta de abarcar os inúmeros fatores problemáticos sobre a possível criação de uma identidade nacional, e conseqüentemente, um modelo de civilização simplificado como era o plano do IHGB em acordo com a monarquia brasileira que ocupava o governo imperial, no Brasil. Percebemos que esta busca por melhor apresentar a história nacional ao ensino da elite levou a historiografia brasileira a lançar um novo olhar sobre o papel da memória individual e coletiva nesse cenário e buscar a melhor maneira de fixar esse conteúdo para o alunado no oitocentos.

De acordo com Melo (2015, p. 122-123) “O aprimoramento da eloquência, o domínio da oratória, as formas de versificação, entre outros temas estudados nos manuais, eram saberes do passado que se tornaram reconhecidos no presente, como modelos e/ou regras a serem seguidos”.

Os usos de linguagem de um determinado grupo e época passaram a pertencer a outro (e caracterizaram sua identidade) em outro tempo e lugar. Os manuais podem ser entendidos como “lugares de memórias” (NORA, 1993), os quais representam esse entrecruzamento entre o passado e o presente na formação da mentalidade brasileira do século XIX dentro dos padrões retóricos e poéticos tradicionais. Considerando as nuances da formação do leitor e das etapas de escolarização da educação imperial, infere-se que os compêndios de retórica e poética foram objetos pedagógicos de formatação de uma memória coletiva – e por extensão nacional –, especificamente da classe dominante, correspondente às estratégias políticas do Estado e da Igreja. Os modos de civilidade e de civilização, relacionados à eloquência e à arte literária, definidos, esquematizados e uniformizados nos instrumentos didáticos, refletiam-se nas práticas sociais, públicas e privadas da elite intelectual brasileira e formavam suas memórias:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e

fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis (POLLAK, 1989, p. 9).

Tomando como base o pensamento de Michael Pollak podemos dizer que é através da memória coletiva sobre os acontecimentos do passado e suas interpretações que são criados os ideais de pertencimento entre indivíduos que ocasionalmente ajudam a manter a coesão sobre determinados grupos que compõe a sociedade. Esse ideal de pertencimento busca definir o lugar respectivo desses indivíduos assim também como as oposições entre um grupo social e outro. Como espécie de poder disciplinador e controlador, a partir da prática do discurso escolar, os manuais de boas maneiras traziam os modos de conduta normatizadores de como se deveria falar, escrever e pensar o grupo nas suas práticas sociais, políticas e culturais, dentro e fora do contexto escolar. Considerando-se, pois, tais postulados direcionados à formação de uma conduta moral e dita civilizada dos alunos, deve-se acrescentar que eles estavam condicionados ao método retórico de memorização, ou seja, à atividade mnemônica, uma vez que, à época, as posturas pedagógicas de ensino-aprendizagem estavam muito longe de ser fundamentadas dentro da perspectiva contemporânea de construção autônoma e reflexiva do sujeito em sua prática social. A memória entrava na categoria da eloquência, da qual o indivíduo precisava para a execução de sua fala durante a performance discursiva. Nota-se que ela representa uma atividade limitadora do pensamento e mecanicista em relação à interação do leitor com o texto, afastando qualquer possibilidade de interferência subjetiva e emocional. Essa prática condizia com a postura do Estado e da Igreja de induzir o aluno à assimilação das regras morais e políticas, fortalecendo uma memória coletiva, composta pelas lembranças que lhe foram repassadas, muitas vezes, impregnadas ainda hoje como marcas imperiais, coloniais e europeias. (MELO, 2015, p. 131-132).

No que se refere a esse suposto ideal de método civilizador pensado para as sociedades nos oitocentos, recorreremos a Norbert Elias, e sua obra *O Processo Civilizador*, por se tratar de uma obra que nos permite, através da análise de outros modelos de civilização, compreender quais os exemplos de civilização que serviam de padrão para as nações no século XIX. Ao trabalhar os processos de civilidade para construção das sociedades, o autor busca elencar o estudo do processo de identificação do homem “educado” com a cultura das “boas maneiras” oriundas das sociedades europeias consideradas modernas e civilizadas, para demonstrar que a história das boas maneiras está diretamente relacionada às regras de comportamento

social. Com o intuito de desenvolver suas questões, Elias utiliza-se de alguns termos básicos, tais como configuração, interdependência e equilíbrio das tensões. O termo configuração, o mais importante e abrangente em sua obra, é utilizado para traduzir uma formação social com base na relação de interdependência entre os indivíduos. Dessa maneira, cada ação individual depende de uma série de outras, que por sua vez modificam a própria figura do grupo social, tanto na dimensão macro quanto no micro. A reprodução das configurações supõe um equilíbrio flutuante de tensões; portanto, o seu rompimento produz necessariamente uma nova configuração, que supõe outro equilíbrio de forças. Nessa obra sua intenção é captar as diferentes configurações sociais. E é dessa maneira que Elias interpreta aquilo que ele denominou de processo de civilização, como uma dinâmica que pressupõe alterações nas relações de poder e controle dos indivíduos, alterando as relações de interdependência e possibilitando a consolidação dos controles estatais.

Nesse sentido, o objetivo de Elias ao escrever *o processo civilizador*, não é descrever uma transformação puramente cultural ou mental das configurações sociais, mas demonstrar sua hipótese de interação entre as transformações das estruturas de poder estatal e das estruturas mentais; dessa forma, o autor reintroduz a política e reabilita o indivíduo, articulando-o ao movimento da história. É evidente que a universalização da instrução elementar e a extensão social das formas de comportamento civilizado constituíram um aprofundamento do controle das normas de conduta, e isto esteve relacionado à produção de novas formas de sociabilidade e de distinção social, engendradas pela escolarização. Podemos afirmar, portanto, que a difusão da escolarização como categoria de atividade social foi fundamental para os processos de alteração da sociabilidade em curso, ao longo do século XIX e no início do século XX, bem como para as mudanças dos mecanismos de produção das distinções sociais que significaram alterações expressivas nas relações de gênero, geração, etnia e classe social. (VEIGA, 2002, p. 99).

Nesse caso, ao tratar do modelo padrão de indivíduo civilizado que estava sendo pensado para o Brasil, notamos que essa obra se refere não apenas a questão da etiqueta, mas também diz respeito à moral, à ética, ao valor interno dos indivíduos e aos aspectos externos que se revelam nas suas relações com os outros. De acordo com o pensamento do autor todas as sociedades, ao longo da história, criaram normas e princípios com a finalidade de orientar as relações entre grupos e pessoas. Apesar de nem sempre procederem do Estado, alguns desses princípios impunham regras que se não fossem seguidas, implicariam em penalidades, que iam da desaprovação à exclusão daqueles que não as respeitassem. Dessa maneira, ele discute as formas diferenciadas das alterações dos comportamentos sociais

aceitáveis e a materialização das estruturas mentais e emocionais em códigos e regras de comportamento, mediante estágios diferenciados.

A nosso ver, a obra de Elias apresenta questões pertinentes à educação com a intencionalidade de civilizar os indivíduos e marca como esse modelo educacional pode ser construído pelos homens em determinado momento histórico. Esse é o ponto fundamental da obra de Elias, qual seja, o de apresentar que determinados costumes não podem ser naturalizados. É preciso compreender que as relações sociais são elaboradas para e pelos homens, e visam atender às demandas do momento histórico em que estão vivendo. Nas palavras do autor:

O estudo desses mecanismos de integração, porém, também é relevante, de modo mais geral, para a compreensão do processo civilizador. Só assim percebermos a força irresistível com a qual uma estrutura social determinada, uma forma particular de entrelaçamento social, orienta-se, impelida por suas tensões, para uma mudança específica e, assim, para outras formas de entrelaçamento, é que poderemos compreender como essas mudanças surgem na mentalidade humana, na modelação do maleável aparato psicológico, como se pode observar repetidas vezes na história humana, desde os tempos mais remotos até o presente. (ELIAS, 1993, p. 195)

O estudo desses mecanismos de integração entre as sociedades nos permite compreender o chamado processo civilizador. A construção das civilizações ao longo da história é orientada e impelida por tensões, mudanças e outras formas de entrelaçamento entre as sociedades. A civilização não é razoável, nem racional, nem irracional. A civilização é posta e mantida em movimento pela dinâmica autônoma de uma rede de relacionamentos, de mudanças específicas na maneira como as pessoas se veem obrigadas a conviver em determinados períodos históricos. Dessa forma, o modelo de autocontrole, explanado por Elias e considerado modelo padrão pelo qual são moldadas as paixões, os comportamentos, certamente varia muito de acordo com a função e a posição do indivíduo, mesmo na contemporaneidade, em diferentes setores do mundo ocidental.

Na busca por entender esse processo padrão de modelo de civilização Ocidental abordado por Norbert Elias, a autora Maria Cecília Barreto Amorim Pilla em seu artigo intitulado: *Manuais de civilidade, modelos de civilização*, busca construir através da trajetória de alguns dos principais manuais da civilidade da história do mundo Ocidental, esse percurso e relacionar os códigos de boas maneiras aos modelos civilizatórios desejados pelo Ocidente do século XVI ao XIX. De acordo com a autora (p.105) a história das boas maneiras está diretamente ligada as regras de comportamento social. Para ela, essa história envolve não somente a questão da

etiqueta, mas também diz respeito à moral, à ética, ao valor interno dos indivíduos e aos aspectos externos que se revelam nas suas relações com os outros. Isto é, as regras para transformar um sujeito em “civilizado” envolve questões que perpassam os protocolos de boas condutas, influenciando na inserção de valores internos a serem adquiridos por esses sujeitos.

A autora argumenta (p.106) que com a lenta extinção da nobreza guerreira ao longo da história e a formação de uma nova aristocracia ao longo dos séculos XVI e XVII. Ou com a consolidação da monarquia absolutista francesa, o conceito de cortesia cai em desuso, assim como também o conceito de civilidade cai de moda, com o lento aburguesamento da sociedade da corte francesa no século XVIII, perdendo espaço para o conceito de civilização, que segundo ela afirma-se na França, na segunda metade do século XVIII. Pilla nos diz (p.107-108) que o termo civilização surge como uma crítica social e também como um reflexo do movimento Iluminista. Segundo a autora, no século XVIII, os reformistas acreditavam que os povos não estavam suficientemente civilizados. Para os líderes do movimento reformista, o processo civilizacional não era um estado e sim um processo contínuo que deveria prosseguir. Em outras palavras, os Iluministas acreditavam que os povos, considerados bárbaros ou não, ainda careciam de ser civilizados aos moldes do chamado mundo moderno e que esse processo de modernização e construção das novas civilizações deveria acontecer de forma contínua não deixando espaço para possíveis descontinuidades.

O conceito de civilização absorveu muito do sentido que lhe era dado na corte no que se refere a padrão, moral, costumes, tato social, consideração ao próximo, dentre outros. Nas mãos da classe média em ascensão é aplicada a ideia sobre o que é necessário para tornar civilizada uma sociedade. O processo de civilização do Estado, da Constituição, da educação, tudo deveria eliminar o que era considerado bárbaro e irracional. Esse processo deveria seguir-se ao refinamento das boas maneiras e à pacificação interna do país pelos reis. Isto é, a classe média que estava cada vez mais ganhando espaço na sociedade francesa, buscando refinar a sociedade com o apoio dos reis, começa a aplicar a ideia de novos modelos de sociedade, buscando promover padrões de sociedade que ocasionalmente influenciariam o Estado, a constituição e a educação dos chamados povos civilizados na busca por eliminar os povos que fossem considerados bárbaros por não seguirem modelo o padrão proposto.

Nesse molde europeu o passado com resquícios bárbaros deve ser esquecido, dando espaço a uma sociedade mais civilizada. Por isso, na Europa, mesmo nas sociedades democráticas que se consolidavam, ainda era tão importante refinar as

maneiras e os comportamentos. Refinar as maneiras, controlar gestos, dominar as pulsões são atitudes diretamente ligadas aos desejos da diferenciação e da distinção social ainda nas sociedades chamadas igualitárias. De acordo com a autora (p. 109) as regras de boas maneiras têm como principal função tornar o homem distinto, elas se referem a um determinado lugar na sociedade. Os ideais “civilizatórios” serviram de embasamento para o pensamento reformista que inspirava as grandes metrópoles ao longo do século XIX. A ideologia do mundo ocidental nesse período estava impregnada de uma crença sincera no progresso um mito baseado no significado de aperfeiçoamento, principalmente para os elementos das elites que se beneficiavam diretamente dos efeitos da modernização.

Para a autora o século XIX foi um período de grande importância para o processo civilizador, pois permitiu ao Ocidente tomar consciência da superioridade de seu próprio comportamento e sua corporificação na ciência, tecnologia ou arte. A partir desse momento, as nações ocidentais passaram então a encarar o processo civilizatório como algo acabado, fundamental a ser levado a outros povos como modelo de civilização a ser seguido. Para isso a sociedade civilizada deveria esquecer os resquícios dos outros povos considerados como bárbaros. Refinando as maneiras de agir, controlando gestos e dominando as atitudes diretamente ligadas aos desejos da diferenciação e da distinção social ainda nas sociedades chamadas igualitárias. A ideologia do mundo ocidental no século XIX estava impregnada de uma crença sincera no progresso, um mito baseado no significado de aperfeiçoamento, principalmente para os elementos das elites que se beneficiavam diretamente dos efeitos da modernização. Sobre isso a autora pontua que:

A crença nesse mito atingiu, nessa época, todos sem exceção. Mesmo políticos radicais, utópicos ou científicos, estavam convencidos de que o progresso seria capaz de acabar com a escassez de alimentos e derrotar o grande fantasma que sempre assolou a humanidade, a fome; pois “[...] se havia o bastante para todos, o futuro não podia deixar de sorrir, e todas as expectativas estavam implícitas no presente. Para muita gente, as mudanças não constituíam uma ameaça, e sim uma promessa” (PILLA, p. 111)

Podemos perceber, através do fragmento anterior, que essa nova forma de pensar que permeava a sociedade do século XIX, que dá destaque a construção de um ideal de coletividade consciente de seu valor e civilizada, teve suas bases no movimento Iluminista do século XVIII que trouxe uma ideia de progresso ligada ao desenvolvimento das sociedades, das ciências, da economia, do progresso. Segundo essa corrente de pensamento, os avanços científicos se dariam ao cumprir etapas sucessivas, e é dessa forma que o progresso estaria ligado a ideia de processo

civilizatório. Para muitos dessa sociedade o processo civilizatório que tinha pretensão de trazer o progresso, não representava uma ameaça e sim a promessa de consolidar a sociedade e dar fim a vários problemas, inclusive o da escassez de alimento. Nesse caso, o conceito de civilização está posto de maneira valorativa ligado ao progresso social, ao desenvolvimento da tecnologia e ao crescimento do conjunto de informação científicas no geral.

O processo de civilização do Estado, da Constituição, da educação, oriundo do pensamento europeu, sobretudo na França, deveria seguir-se ao refinamento das ditas boas maneiras e à pacificação interna do país pela monarquia. Isto é, a classe média, que ganhava cada vez mais espaço a cada dia na sociedade francesa, que será exemplo para a nação brasileira, buscava refinar a sociedade, aplicando a ideia de novos modelos de sociedade. Buscando assim, promover padrões de sociedade que ocasionalmente influenciariam o Estado, a constituição e a educação dos chamados povos civilizados ou em processo de civilização na busca por suprimir os povos que não seguirem esse modelo padrão.

A autora nos diz (p.116) que a partir da expansão desses novos modelos civilizatórios europeus, os manuais de civilidade sofrem o desafio de cumprir sua missão de preservar a importância dos velhos gestos e ao mesmo tempo se preparar para as novas condições sociais, políticas e econômicas, principalmente diante de um tempo pós-Revolução Francesa. Soma-se a esse desafio o compromisso com a ética e a moral, sob a pena de serem considerados simples artifícios sociais, ou nada mais que vestígios de um mundo que não existe mais. Isto é, para não se tornar apenas resquício de modelo de uma sociedade esquecida, o manual de civilidade tem como principal função preservar os valores sociais, políticos e econômicos de uma dada sociedade. Além disso, ele deve conduzir essa sociedade a integrar valores éticos morais para construir bons cidadãos.

A forma simplificada e reducionista com que os manuais do século XIX apresentam seus preceitos sobre a ideia de civilização é prova dessa busca da simplificação. Destinados a todos que deles necessitassem, serviam, além de divulgadores de comportamentos referenciados como comportamento padrão, para o estabelecimento de uma ordem, que por sua vez era marcada por uma intensa mobilidade social e por um crescente processo de industrialização e urbanização.

Segundo a autora, esse “novo” gênero literário dedicado à “ciência da civilização” toma força na Europa e nas Américas, graças principalmente ao crescimento dos índices de alfabetização e ao crescimento editorial. Esses códigos de conduta, na verdade, apesar da nova roupagem e sob novos auspícios, traziam consigo o desejo do estabelecimento de regras e modelos para a vida dessa nova

sociedade que se delineava. No Brasil esse modelo de processo civilizatório ocorre no final do século XIX e início do XX, em pleno processo de urbanização brasileira, pode-se observar a intensificação de projetos que visam ‘civilizar’ e europeizar o Brasil, começando pelas principais capitais, ou mais especificamente pelo Rio de Janeiro. A intenção de ‘civilizar o país’ passava pelos vários momentos da vida brasileira, desde as relações políticas e econômicas, chegando às sociais. Era importante saber viver em uma sociedade em que se assistia o estreitamento dos laços sociais, período este marcado pela passagem das relações sociais senhoriais às relações sociais do tipo burguês. A cidade burguesa teria sistematicamente de lutar contra comportamentos, atitudes e expressões tradicionais que eram considerados inadequados para a nova situação. (PILLA, p.118).

Ou seja, é possível perceber que no final do século XIX e início do XX, em pleno processo de urbanização e modernização brasileira, a intensificação de projetos que visam ‘civilizar’ e europeizar o Brasil, começam a surgir pelas principais capitais, ou mais especificamente pelo Rio de Janeiro. A intenção de construir um novo modelo de civilização passava pelos vários momentos da vida brasileira, desde as relações políticas e econômicas, chegando às sociais. Nesse processo era construído o ideal de Brasil aos moldes da Europa, que buscava elencar a imagem do colonizador europeu, a um modelo a ser seguido que influenciaria a sociedade e que estava sendo pensado para o país no período oitocentista. Deixando de lado os diferentes povos que habitavam o Brasil no período em questão. Essas escolhas ocasionalmente não deram conta de promover a identificação do povo brasileiro em sua imagem em quanto povo, sendo necessária a promoção de debates que versavam sobre novas roupagens para configuração da identidade nacional do país.

A memória nacional é construída a partir das questões sociais vividas pelos homens que a instituíram e, interpretando sua época, apropriaram-se dos fatos e a erigiram à condição de conhecimento histórico, determinando, sem dúvidas, o conhecimento sobre a história da pátria. A interpretação desses autores deveu-se, à afirmação dos nacionalismos europeus e dos conflitos daí decorrentes. Ou seja, os Estados em organização e estabilização, como a Inglaterra e a França por exemplo, e os Estados ainda em processo de unificação, como a Alemanha e a Itália, vão provocar o interesse pelo estudo de sua história nacional, com preocupação marcadamente ideológica. É consenso e generalizadamente conhecido que a historiografia do Império teve na constituição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) o principal, mas não o único centro divulgador de textos históricos, atuando no processo de fortalecimento do Estado Monárquico. Fundado com a pretensão de tornar-se arquivo e guardião da história brasileira, estabeleceu diretrizes sobre o

que se deveria ou não ser historicizado. Desse processo iniciou-se a construção de uma memória da história do Brasil afinada aos projetos de poder de D. Pedro II e sua corte.

Os autores Christino de Cortez e Maria Cecília Souza (2004) nos ajudam em nossa reflexão sobre essa construção da memória voltada para o ensino brasileiro no século XIX ao nos permitirem perceber que:

Aqui no Brasil, a ideia de sociedade futura foi especialmente acentuada; só que ao contrário do movimento francês, em que essa utopia estava calcada de alguma forma mais abstrata ou normativa de progresso, as políticas educacionais procuraram, como é sabido, adequar a escola brasileira a imagens concretas e recorrentes que espelhavam o presente de países que, assim se acreditava, tinham conseguido simultaneamente civilização e riqueza. (CORTEZ e SOUZA, 2004, p. 26).

Os autores mostram que aqui no Brasil a escola brasileira moderna, reflexo do modelo de ensino francês, deveria ser espelhada nas civilizações que fossem consideradas desenvolvidas e detentoras de riqueza. O ensino secundário no país, sobretudo no que se refere ao ensino voltado para a elite brasileira, deveria buscar formas que promovessem a alusão do conhecimento, a metodologias que, conseqüentemente, atendessem na vida prática a demanda social que fosse ao encontro dos interesses do governo. Em outras palavras, para o campo da história esta abordagem é muito salutar, pois permite o reconhecimento de que a História ensinada fundamentalmente nas séries iniciais esteve predominantemente sob o império da memória, não apenas porque havia a compreensão de que o ensino de História se fazia pela memorização de datas, fatos e vultos heroicos, mas porque foi a partir do recurso metodológico e historiográfico do século XIX que a história se tornou um meio importante para dispor da memória e converter-se em História nacional. (TOLEDO, 2004, p. 16).

Nesse caso, para nós, compreender qual o papel da memória e como ela era resignificada na construção desse ideário de nação e de sociedade, nos permite uma melhor reflexão sobre como eram construídos os compêndios escolares que deveriam ser utilizados por alunos que em seguida se tornariam a massa pensante do país, apta a galgar cargos públicos no Estado. Sobre isso os autores nos mostram que:

Quando na educação das elites, se pensava nessas funções, a tensão se matinha, mas de forma mediatizada: procurar educar o indivíduo na tradição de cultura, atender as demandas de mão-de-obra de uma sociedade moderna, disciplinar e desenvolver, guardavam relações de sentido. (CORTEZ e SOUZA, 2004, p. 27)

Ou seja, tomando como base de análise o fragmento acima, podemos perceber que a educação brasileira, comumente voltada para a elite, deveria ser um mecanismo que levasse o indivíduo a ter aptidão suficiente para atender as demandas de uma sociedade moderna e ao mesmo tempo educar o indivíduo para se manter na tradição cultural e política que estava posta pelo regime de governo vigente. A memória que se pretendia deixar para as gerações posteriores registrada na escrita da história dos compêndios traduzidos e produzidos no Brasil, no período Imperial, estava baseada na construção de um projeto de nação que estava sendo pensado no intuito de satisfazer os interesses do Império brasileiro.

Sobre a função da literatura na construção dessa memória coletiva Maurice Halbwachs (2013, p.79) nos fala que se por um lado “a memória se apega mais ao fato vivido do que aquele que entramos em contato através dos livros”. Por outro lado, é através da memória histórica deixada para as futuras gerações, que um fato exterior à nossa vida deixa sua impressão em determinado dia ou hora. E é a partir dessa impressão que recordamos esse momento. Isso nos faz pensar sobre a importância da memória histórica como fator de reconstrução de momentos vividos em um determinado período sobre o qual indivíduos registram o que deve ser ou não selecionado como objeto a ser perpetuado para as futuras gerações e as escolhas feitas por cada sociedade no estudo sobre o passado. Corroborando com esse pensamento Jacques Le Goff nos mostra que:

A memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento de poder. São as sociedades cuja memória social é, sobretudo oral, ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender esta luta de dominação da recordação da tradição, esta manifestação da memória. (LE GOFF, 2003, p. 470)

Partindo desse fragmento podemos dizer que o estudo da memória coletiva deve ser percebido além de uma conquista, devemos identificá-lo como um instrumento de poder sobre o qual o historiador constrói através da oralidade, da escrita, da construção de monumentos e de documentos considerados “fontes oficiais” o ideal de história de uma determinada sociedade que deve ser elencado ao conhecimento a ser memorizado, recordado e perpetuado através do ensino dessa tradição para as futuras gerações.

Contudo, consideramos problemático dizer que as fontes, os documentos e monumentos materiais construídos para o desempenho da memória coletiva e da História, são um conjunto do que existiu no passado, por acreditar que estes artifícios

tratam de uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam a ciência do passado e do tempo que passa. Nesse caso os historiadores. Nesse sentido, pensamos que o documento não é inócuo pois ele resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade, mas sim vestígios deixados intencionalmente ou não para as novas gerações.

Com isso, podemos dizer que ao analisar questões referentes a concepção de civilização, identidade nacional, memória coletiva e o fazer historiográfico produzido no Brasil no século XIX - sob o ponto de vista que existia um projeto político para criação de um ideário de sociedade forjada de maneira a atender necessidades e predileções do governo imperial brasileiro, acreditamos que de certa maneira o que estava sendo posto em jogo, era a luta das forças sociais pelo poder. Essas relações de poder é que decidiriam o que deveria ser abordado ou não pela historiografia no IHGB e simultaneamente nos compêndios utilizados pelo ensino secundário do país. Arelados a essas escolhas eram selecionados quais conteúdos seriam e como seriam abordados, deixando como memória coletiva o discurso do vencedor e como memória silenciada, os discursos que não iam ao encontro dos interesses do poder público vigente. Nesse sentido, os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. Assim como também a memória coletiva que deveria ser fixada para garantir os interesses do governo Imperial brasileiro.

Essa análise nos levou a perceber que a escrita sobre o passado brasileiro é construída a partir de escolhas que trazem a visão de um passado Ocidental, construído pela ótica da sociedade europeia, moderna e civilizada, com a qual a monarquia imperial se sente identificada. Isso consequentemente traz uma visão excludente sobre determinados territórios existentes na antiguidade, o que resulta em uma escrita da história do Brasil marcada pela visão do colonizador que apresenta o indivíduo “civilizado” na concepção Ocidental inferiorizando outras culturas da antiguidade que dialogavam com esses povos e, por serem negligenciadas, não fazem parte da grade de ensino do país nos oitocentos como por exemplo os povos vindos da Índia, China e oriundos de determinadas regiões de matizes africanas e do Oriente. Assim podemos dizer que para o desenrolar dessa reflexão os autores trabalhados em nosso aporte teórico foram escolhidos em vista da necessidade de compreendermos os discursos presentes nas discussões sobre os campos da história, da memória, da concepção de civilização e da identidade nacional.

Referências

ELIAS, N. *O processo civilizador: Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, v I.

_____. *O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, v. II.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil*. In: CARVALHO, José Murilo (Orgs). *Nação e Cidadania no Império: Novos horizontes*. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2007, p. 93-122.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 4ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*, 5 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *A história para o uso da mocidade brasileira*. In: CARVALHO, José Murilo (Orgs). *Nação e Cidadania no Império: Novos horizontes*. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2007, p. 43-71.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

NÚÑEZ SEIXAS, X. M. Uma reflexão transnacional sobre a historiografia das nações e dos nacionalismos na Europa (séculos XIX-XX). *Análise Social*, 221, li (4.º), pp. 942-964.

MELO, Carlos Augusto de. Os manuais de retórica e poética: “lugares de memória no Brasil oitocentista”. *Revista Fronteiras*. n. 15. Dezembro de 2015, p.120-134.

PILLA, Maria Cecília Barreto Amorim. Manuais de Civilidade, modelos de civilização. *História em revista -UFPEL*. v. 09. n.02. 2003, p. 105-134.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SALLES, Ricardo Henrique. O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. *Almanack*. Guarulhos, n.04, p. 05-45, 2º semestre de 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOUZA, Maria Cecília e Cortez Christino de. *Escola e o lugar da memória*. In: A escola e a memória, Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Identidade Cultural, identidade nacional no Brasil. *Tempo social: Rev. Social. USP. São Paulo*, 1(1): 29-46. 1 sem. 1989.

TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. A história ensinada sob o império da memória: questões de história da disciplina. *História*. São Paulo v. 23 (1-2) p. 13-32, 2004.

VEIGA, Cynthia Greive. A escolarização como projeto de civilização. *Revista Brasileira de Educação*. Set/Out/Nov/Dez. 2002. n. 2, p. 90-170.

Artigo recebido em 24/10/2019, aprovado em 24/11/2019.